

# A APRENDIZAGEM POLÍTICA NO ITINERÁRIO EDUCATIVO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

### OLIVEIRA, A. A. R\*; ABREU, T. L. de

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba ORCID ID: https://orcid.org/0000-0002-6921-8951\* alysson.oliveira@ifpb.edu.br\*

Submetido 15/05/2024 - Aceito 30/06/2024

DOI: 10.15628/holos.2024.17413

### **RESUMO**

O processo educativo na economia solidária é capaz de criar novos significados e orientações políticas estratégicas, buscando ir além da própria esfera econômica, alcançando campos cada vez mais amplos. O objetivo deste estudo foi analisar o itinerário educativo nos Empreendimentos Econômicos Solidários na cidade de João Pessoa, PB, Brasil e suas contribuições para uma aprendizagem política. Metodologicamente, o trabalho consistiu em um estudo de caso múltiplo com enfoque qualitativo. A unidade social de análise compõe-se de

cinco EES, tendo como objeto de estudo as suas práticas socioeducativas, destacando a aprendizagem política. Os dados foram coletados por meio de documentos, grupos focais e entrevistas. Em relação às estratégias de tratamento dos dados, utilizamos a técnica descrita de Análise de Discurso. Em suma, isso nos permite concluir que o processo educativo nos Empreendimentos Econômicos Solidários colabora para a perspectiva da aprendizagem política, contribuindo na formação humana para a emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento de Economia Solidária, Empreendimentos Econômicos Solidários. Aprendizadem Política. Práticas Socioeducativas

# POLITICAL LEARNING IN THE EDUCATIONAL ITINERARY OF SOLIDARITY ECONOMIC ENTERPRISES

## **ABSTRACT**

The educational process in the solidarity economy can create new meanings and strategic political orientations, aiming to transcend beyond the economic sphere itself, reaching an increasing space. The purpose of this study was to analyze the educational itinerary within Solidarity Economic Enterprises (SEE) in João Pessoa, PB, Brazil, and its contributions to political learning. Methodologically, the research consisted of a multiple case study with a qualitative approach. The social unit of analysis comprises

five SEE, with socio-educational practices as the object of study, highlighting political learning. Data was collected through documents, focus groups, and interviews and analyzed using Discourse Analysis techniques as a data processing strategy. In summary, this allows us to conclude that the educational process within Solidarity Economic Enterprises contributes to the perspective of political learning, providing human formation toward emancipation.

KEYWORDS: Solidarity Economy Movement. Solidarity Economic Enterprises. Political Learning. Social-educational practices.





# 1 APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, com as transformações ocorridas no Brasil decorrentes do processo de globalização mundial e do avanço das novas tecnologias, a educação passou a ser vista como um instrumento de democratização, capaz de promover conhecimento e informação necessários para incluir o indivíduo no mundo do trabalho. Entretanto, a realidade aponta para uma sociedade em crise, marcada pela política neoliberal que se depara com graves problemas em todas as áreas, inclusive, a própria educação, que se vê diante de novas situações geradoras das transformações nas questões pedagógicas. Dessa forma, ao não conseguir atender às exigências que se criam, a educação busca apoio em outros segmentos da sociedade na tentativa de combater, ou, pelo mesmo, diminuir, as dificuldades resultantes do seu próprio sistema capitalista, gerando novas formas de intervenção social. É nesse cenário que a educação não formal, por meio de espaços não escolares, passa a se destacar, pois se configura como um campo de aprendizagens e saberes. Ela entra em cena, ocupando, cada vez mais, novos espaços significativos na sociedade, merecendo, portanto, um olhar diferenciado.

Esses espaços configuram, assim, um novo campo da educação que aborda processos educativos fora das escolas ou não, em processos organizativos da sociedade civil, abrangendo organizações sociais e não governamentais, movimentos sociais estratégicos, ou processos educacionais articulados com a escola e a comunidade. No Brasil, a educação não formal apresenta uma estreita relação com os movimentos sociais (Gohn, 2007). Essa relação está focada no aspecto político, isto é, no caráter educativo da organização política da coletividade.

A concepção que temos quanto ao entendimento de educação não formal nessa pesquisa parte do pressuposto de que a educação propriamente dita é um conjunto, uma somatória que inclui a articulação entre educação formal, a educação informal e a não formal, que tem um campo próprio, embora possa se articular com as outras duas. A não formal engloba os saberes e aprendizados gerados ao longo da vida, principalmente em experiências via participação social, cultural ou política em determinados processos de aprendizagens, tais como projetos sociais, movimentos sociais, entre outros. A educação não formal contribui para a produção do saber à medida em que atua no campo no qual os indivíduos agem como cidadãos.

Portanto, segundo Gohn (2011, p. 13), "a educação não-formal terá que ser considerada uma promotora de mecanismos de inclusão social, que promovem o acesso aos direitos da cidadania", pois, se assim não for, corre-se o risco de se adotarem posturas assistencialistas por meio das quais enfatizam a carência cultural no lugar da valorização e ressignificação das práticas culturais dos grupos e pessoas em foco. Ainda sobre a educação não formal, Gohn (2010, p. 33) nos diz que se trata de um "processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade".

Para efeito deste estudo, delimitamos a sua abrangência à aprendizagem política inerente às práticas socioeducativas realizadas no Movimento de Economia Solidária, de uma forma especial, nos Empreendimentos Econômicos Solidários localizados na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. Os EES consistem nos principais sujeitos e beneficiários das políticas implementadas do Movimento





de Economia Solidária. No que tange ao conceito do termo EES, essa pesquisa apoia-se no conceito traduzido pelo Sistema de Informações de Economia Solidária (Portaria Ministerial, nº 30 de 20 de março de 2006). Isto é, são organizações coletivas, autogestionárias, permanentes e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. Partimos do pressuposto de que os EES são considerados espaços de educação não formal, pois desenvolvem uma vertente educativa com intencionalidade e especificidade bem definidas ancoradas aos princípios norteadores do movimento.

Gohn (2007) ainda destaca outras dimensões sobre a educação não formal com caráter emancipatório; defende que essas práticas educativas apresentam várias dimensões, como a aprendizagem política, de práticas que capacitam os indivíduos com objetivos comunitários, além de proporcionar aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor.

Foi dessa maneira que a gênese (problemática motivadora) deste estudo surgiu, que passou a ser: como o itinerário educativo vivenciado nos espaços de educação não formal, e considerando os EES como eixo sustentador dessas práticas, são contributivas com a emancipação política dos sujeitos participantes desses empreendimentos? Desse modo, o objetivo central desta pesquisa foi analisar o itinerário educativo nos Empreendimentos Econômicos Solidários na cidade de João Pessoa, PB, Brasil e suas contribuições para uma aprendizagem política.

O primeiro motivo essencial para a realização deste estudo envolve o ponto de vista teórico. Existem poucos estudos do tema proposto, quanto ao caráter relacional dos termos, caracterizando-se como um estudo novo, na área da educação não formal, voltado à economia solidária e, principalmente, aos Empreendimentos Econômicos Solidários de João Pessoa, Paraíba, Brasil. Penso que proporcionará, em nível teórico, uma reflexão sobre o desenvolvimento das práticas socioeducativas e suas contribuições na formação do sujeito, tornando-se um tema inovador. Compreendemos, ainda, a importância de estudos que aprofundem os problemas vividos e sentidos pelas classes populares, contribuindo, por meio desse conhecimento, para uma reflexão da atuação dessa natureza de organizações sociais, levando a acreditar que pesquisar sobre este tema será de grande contribuição prática para as ações educativas deste tipo de atores.

### 2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: A ESCOLHA A PARTIR DE TANTOS CAMINHOS

A pesquisa é motivada por uma metodologia que garante pensar a educação para além das salas de aula, ou seja, no seio dos Empreendimentos Econômicos Solidários, e, certamente, o estudo de caso é uma boa alternativa nessa direção. Desta forma, o presente estudo consistiu em um estudo de caso múltiplo que visou a proporcionar um ato ou efeito de conhecer o objeto em estudo, descrevendo as características do fenômeno estudado e estabelecendo relações entre variáveis elencadas no processo educativo vivenciados pelos sujeitos que participam dos Empreendimentos Econômicos Solidários.





Do ponto de vista de Yin (2005), no estudo de caso, a preocupação do pesquisador não pode estar orientada para o tamanho da amostra (representação estatística), mas para a representatividade qualitativa das unidades sociais de estudo e para a consistência do referencial teórico que dará bases aos exercícios descritivos e analíticos que validarão as conclusões. Sendo assim, definimos o estudo de caso como a melhor estratégia para esta pesquisa. Gil (1999) corrobora com o pensamento de Yin quando afirma que o estudo de caso é caracterizado como um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado destes.

Tendo em vista adotar o método de estudo de caso múltiplo, o objeto de estudo foi o conjunto das práticas socioeducativas nos Empreendimentos Econômicos Solidários e teve como a unidade social de análise: (a) os Empreendimentos Econômicos Solidários cadastrados no Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba; b) os EES localizados na Zona da Mata, de forma particular, na região de João Pessoa, Paraíba, ou seja, EES que atuam na área urbana e que compõem um desafio posto na atualidade; c) os EES singulares, isto é, aqueles que se caracterizam, enquanto natureza jurídica, como grupos informais; e d) os EES que atuem coletivamente nas atividades de produção, comercialização e consumo.

Assim, a unidade social de análise compõe-se de cinco EES localizados na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil tendo como objeto de estudo o seu itinerário educativo, destacando o caráter da aprendizagem política. Cabe destacar que realizamos a escolha de tais indivíduos pelo envolvimento e pela ligação destes ao foco do problema em estudo ora levantado.

Para a obtenção de dados, foram utilizadas as pesquisas bibliográficas, documentais e de campo. Marconi e Lakatos (2005) definem pesquisa bibliográfica como um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. No que se refere à pesquisa documental, Minayo (2008) posiciona-se, afirmando que se caracteriza pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação. A pesquisa de campo, por sua vez, pressupõe a observação dos fatos exatamente onde, quando e como ocorrem. Em tais circunstâncias, com a ajuda dos resultados alcançados com a pesquisa bibliográfica, o pesquisador define as categorias de análise que irão nortear a observação e, de forma sistematizada, registra, interpreta e relaciona os fatos sem manipulação da realidade, ou seja, sem experimentação (Lima, 1997).

Durante a investigação, a opção metodológica privilegiada como instrumento de coleta de dados constituiu-se pela triangulação entre a análise documental, grupos focais e entrevistas individuais semi-estruturada, além de um caderno de campo e muita vontade de enveredarmos naquele outro lado da pesquisa, talvez, digamos, o mais prático, aquele em que iríamos ter contatos mais próximos com o objeto de estudo. Era a vontade de realizarmos uma pesquisa que não tivesse excessiva rigidez metodológica, que pudesse interagir mais livremente com os sujeitos pesquisados. De acordo com Oliveira (2005), a entrevista individual é um excelente instrumento de pesquisa por permitir interação entre pesquisador e entrevistado. Na visão de Morgan (1996), grupo de foco é HOLOS, Ano 40, v.4, e17413, 2024





uma técnica de pesquisa para coletar dados por intermédio da interação do grupo sobre um tópico determinado pelo pesquisador.

Desta forma, a coleta dos dados deu-se em três momentos: o primeiro, mediante a pesquisa documental que contribuiu com a análise das diretrizes educativas do MES bem como para o mapeamento dos EES da cidade de João Pessoa, com o intuito de levantar as instituições que iriam construir o *corpus* da pesquisa, buscando, também, materiais escritos e/ou entrevistas que auxiliaram na construção histórica do processo de criação dessas entidades, como seus estatutos, regimentos e demais fontes pertinentes a sua gênese e consolidação. Num segundo momento, realizamos os grupos focais com os Empreendimentos Econômicos Solidários que formaram a unidade social de análise de nossa pesquisa. E, em um último momento, foram realizadas as entrevistas individuais com um grupo de pessoas que foram beneficiadas pelas formações, o que nos permitiu levantar e aprofundar os aspectos relevantes referentes às práticas socioeducativas desenvolvidas, dos pontos ainda obscuros e da existência de eventuais polêmicas. Com essa triangulação, percebemos a representatividade do processo de aprendizagem, mediante as práticas socioeducativas no tocante ao desenvolvimento na perspectiva da construção/formação do sujeito.

Em relação às estratégias de tratamento dos dados, utilizamos a técnica descrita de Análise de Discurso (AD), estabelecendo a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia; portanto, quem segue este princípio pode afirmar uma filiação com a AD da linha francesa, ou seja, "articula o linguístico com o social e o histórico" (Pêcheux, 1993, p. 82) na qual a linguagem é estudada não apenas enquanto forma linguística como também enquanto forma material da ideologia. Além de que é "no contato do histórico com o linguístico, que [se] constitui a materialidade específica do discurso" (Pêcheux, 2002, p. 8). Cabe-nos expressar o entendimento de que o significado possui uma correlação direta com a materialidade da fala e o sentido com os discursos que estão por trás dessa materialidade. Consideramos, para fins de nosso estudo, que não poderíamos ter escolhido uma técnica diferente de tratamento de dados, tendo em vista que, para Pêcheux, não somos donos do nosso discurso. Nós o herdamos em nosso processo histórico a partir das contribuições de tantos fatores que nos complementam.

# 3 A APRENDIZAGEM POLÍTICA E O ITINERÁRIO EDUCATIVO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Como pano de fundo de nossa pesquisa, assumimos os pensamentos gramsciano e freiriano que nos orientaram ao entendimento de que não é possível tratar de emancipação apenas no plano econômico-estrutural. As dimensões da política e da cultura são também aspectos fundamentais. Sabemos que a educação não formal apresenta uma estreita relação com os movimentos sociais (Gohn, 2007). Essa relação está focada no aspecto político, isto é, no caráter educativo da organização política da coletividade. Sendo assim, partindo dessa orientação e entendimento, investigamos as contribuições das práticas socioeducativas junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários no que concerne à aprendizagem política.





Como ponto de partida, podemos afirmar, tomando como base os depoimentos dos sujeitos que fazem parte dos Empreendimentos Econômicos Solidários, que as contribuições do processo educativo não se limitam apenas à atuação desses sujeitos e às relações internas do grupo de produção, estendendo-se para o campo que ultrapassa as fronteiras dos empreendimentos, ou seja, às comunidades onde estes grupos de produção atuam e à sociedade em geral.

Uma primeira descoberta de pesquisa deve-se ao fato de que as práticas socioeducativas promoveram, junto aos empreendimentos, contribuições com a melhoria e o fortalecimento da comunidade, destacando elementos como a transformação e o desenvolvimento social:

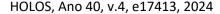
Eu acho que o grupo tem colaborado muito com a comunidade. Um dos espaços que a gente vem participando como grupo é a Rede pela Paz¹, devido à economia solidária e ao nome que o grupo tem até hoje. [...] outro ponto importante de ação na comunidade foi que conseguimos a construção da Unidade de Inclusão Produtiva², que isso trouxe benefícios para toda a comunidade. [...] outra participação que a gente tinha quanto grupo era nas reuniões do Orçamento Democrático, pois sempre estávamos presentes para tentar compreender e decidir pela coletividade. Acho que tudo isso foi ganho para a comunidade, que as formações nos ajudarão a ir em busca destas conquistas. Sempre lutamos pelas melhorias de nossa comunidade (ENTREVISTADA, 2, grifo nosso, grifo nosso).

[...] várias pessoas que passaram pelo nosso grupo de produção **estão em outros espaços**, **ajudando e contribuindo com a comunidade**. Baseados nos princípios da economia solidária, ou seja, dentro dessa perspectiva de uma sociedade melhor. **Estar presente nesses espaços, discutindo sobre melhorias para nossa comunidade é algo importante para nós** (ENTREVISTADO, 10, grifo nosso, grifo nosso).

Nas formações, sempre falamos sobre ideias que viessem fortalecer nossa comunidade. Muitas das ações que a gente fazia para empoderar a comunidade vinham de nossa associação. Muitas pessoas diziam: 'na associação é só festa, dia das mães, festa das crianças'. Mas é ali que a gente conquista para depois fazerem uma oficina, para depois poderem chegar e conversar. Então, muitas pessoas diziam: 'aquela associação só faz festa'. Mas se você não fizer, você não chama a população. Principalmente criança, jovem. Aí você leva música, você leva jogo, você vai na prefeitura, no CDL e consegue alimento e distribui para comunidade. E ali na tua fala, você já começa a colocar alguma coisa na perspectiva da construção: olha, nós estamos unidos e juntos, nós somos mais fortes. E muitas pessoas nem percebem que isso você fortalece, você leva tua ideia, não é? Você conquista. Você transforma. Então, são estratégias políticas mesmo (ENTREVISTADA, 11, grifo nosso).

A gente tenta contribuir com a comunidade, mas não é tão fácil. A gente já fez a divulgação na parte de uma alimentação saudável. A gente já levou para as igrejas, houve toda essa divulgação. Todo um trabalho de sensibilização para a mudança de hábitos alimentares mais saudáveis, que é o foco de nossa produção. Sem as formações, não teríamos conseguido fazer essas palestras, esta

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> É um espaço público com o objetivo de oportunizar às famílias em situação de vulnerabilidade social qualificação e formação para o trabalho na área de vestuário, para que desenvolvam atividades econômicas que favoreçam a geração de trabalho e renda na perspectiva da autossustentabilidade, com ênfase na economia solidária. A unidade oferecerá ainda todo o equipamento e infraestrutura necessários, além de disponibilizá-los para pessoas da comunidade que desejarem fazer algum reparo ou confeccionar seu próprio vestuário.





<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> É uma rede de organizações sociais localizada no bairro Alto do Mateus para agir em prol de alguma causa sem fins lucrativos. Constituídas formalmente e autonomamente, as ONGs caracterizam-se por suas ações solidárias e filantrópicas.



sensibilização. Temos que saber **multiplicar nosso conhecimento e transformar isso em ações na comunidade** (ENTREVISTADA, 14, grifo nosso, grifo nosso).

Então, a gente está sempre interagindo com a nossa comunidade. Um dos objetivos é trazer algum ganho também, no sentimento de melhora da alimentação para nosso espaço comunitário. Então foram feitas várias intervenções nesses espaços para levar alimentação enriquecida para as pessoas experimentarem, para sensibilizar, para realizar palestras. Agora, como estamos falando de um hábito, a mudança na alimentação é uma coisa muito em longo prazo, não é?! E em comunidades de baixa renda as pessoas não estão querendo saber o que estão comendo. Elas querem que aquele R\$ 1,00 dê para comprar coxinha. Agora se a coxinha é com gordura ou sem gordura não está nem aí. Então é uma coisa muito demorada, mas sempre acreditamos e percebemos que é uma grande contribuição de intervenção na comunidade. Então, a gente deu oficinas, a gente sempre deixa o nosso espaço aberto à comunidade (ENTREVISTADA, 17, grifo nosso).

Com esses depoimentos, parece acertado que há um sentido mais que significativo da ação dos empreendimentos em suas comunidades. Entendemos que as práticas socioeducativas promovidas pelos agentes ligados ao movimento também possuem, de maneira considerável, uma abordagem política. Um fato que nos chamou a atenção é que as ações de cunho político não se restringem apenas ao ambiente interno dos empreendimentos, mas que as intervenções das pessoas que fazem os grupos de produção ultrapassam as fronteiras com forte atuação nas comunidades. Estar presente em outros espaços de luta na comunidade foi uma palavra de ordem presente nos depoimentos, expressando um sentimento de não apenas um desejo, mas de intervenções promotoras de mudanças concretas, de melhorias e desenvolvimento social para as comunidades.

Ao longo de nossa pesquisa de campo, com várias visitas realizadas nos empreendimentos que participaram de nossa unidade de análise, com a realização dos grupos focais, das entrevistas individuais, que nos levou a um melhor conhecimento dos grupos de produção e de suas ações nas comunidades, percebemos que muitos dos sujeitos envolvidos nos empreendimentos e que acreditam na proposta da economia solidária já possuíam alguns princípios e valores pessoais que dialogam com os princípios do movimento. Assim, participar do empreendimento foi uma via de fortalecimento do desejo já existente, ou seja, a busca de melhorias para a comunidade, de desenvolvimento local, do empoderamento daqueles que ali vivem e que fazem história.

Nesse contexto, percebemos também que muitas das pessoas que participam dos empreendimentos acabam também se inserindo em outros espaços coletivos da comunidade, em comum o desejo de luta, o desejo de um grito de liberdade de tantas situações de opressão que essas comunidades estão envolvidas ao longo de suas histórias. Este achado de pesquisa mostranos, mais uma vez, a importância das práticas socioeducativas de cunho político juntos aos EES, quando acabam conscientizando aqueles que as vivenciam a ponto de se fazerem presentes em outros espaços e, assim, fortalecer, de certa maneira, suas comunidades. Partindo desse entendimento, podemos até afirmar que são estratégias políticas de envolvimento, de encantamento das pessoas em busca de possíveis soluções mediante tantas necessidades que suas comunidades vivem em seus cotidianos.





Estes comportamentos expressos pelos EES, diante de suas práticas na realidade advindas de um despertar a partir das ações educativas, vão ao encontro do pensamento de Gohn (2007) quando afirmam que a educação não formal com caráter emancipatório defende que essas práticas socioeducativas apresentam várias dimensões, como a aprendizagem política, isto é, revestida de práticas que capacitam os indivíduos com objetivos comunitários, além de proporcionar-lhes fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor. O entendimento do ato político é colocado, neste caso, como elemento de formação que caracteriza o sujeito como agente da sua história. É um agir politicamente, para o nosso entendimento, banhado pelo pensamento gramsciano, isto é, estar em condições de enfrentamento das situações adversas e conseguir construir alternativas de mudanças. Com os depoimentos, observamos que as pessoas que estão envolvidas nos EES e que passaram por um processo educativo nesses espaços de educação não formal despertaram para o agir em favor da intervenção numa determinada realidade. E, para nossa compreensão e pano de fundo teórico que viemos realizando nesta análise, este tipo de ação é sempre uma ação política.

Sendo assim, constatamos que esse ir além das fronteiras dos empreendimentos envolve desde elementos de participação comunitária, de lutas concretas por melhorias e desenvolvimento local, de conscientizações tanto de caráter individual como coletivo até elementos de socialização, multiplicação e troca de conhecimentos rumo à transformação social, com base na reflexão e ação no contexto comunitário.

Em meio a esta discussão, outro achado de pesquisa que se soma ao discutido anteriormente e que foi analisado em nossa investigação foi em relação às formações dos Empreendimentos Econômicos Solidários e à promoção junto aos seus integrantes de uma visão mais analítica, levando a um sentimento de empoderamento das comunidades, conforme podemos observar nos discursos:

Sempre tentamos estar em outros espaços na comunidade para defender nossos direitos como cidadãs e os direitos quanto coletividade, quanto comunidade. Antes eu não tinha esse pensamento, mas as formações me ajudaram muito nisso. Minha visão era muito limitada, sabe? Hoje consigo enxergar melhor o que acontece com nossa comunidade e pensar em soluções e lutarmos por elas. Hoje temos uma certa liderança na comunidade, temos representações em alguns espaços (ENTREVISTADA, 5, grifo nosso).

Então, as formações me ajudaram a fortalecer essa história de ter um olhar diferenciado para a comunidade. Todas as minhas ações hoje são voltadas para dentro da comunidade, eu faço para a comunidade. Eu me vejo um outro ser humano, um ser humano que reflete, um ser humano que ajuda, um ser humano que é social (ENTREVISTADA, 8, grifo nosso).

Assumimos muitos problemas da comunidade como se fosse do grupo. Até porque o grupo está na comunidade e a comunidade no grupo, me entende? Hoje, tem o grupo produtivo que no nosso caso a gente está chamando de padaria comunitária, mas sempre que tem alguns eventos na comunidade, seja das igrejas, seja de alguma pessoa da comunidade, o espaço é aberto para comunidade no geral. Sem falar que muitas pessoas que passaram ou que ainda estão no grupo acabam contribuindo com a comunidade de uma outra forma. As formações nos ajudaram bastante a ter esta sensibilização, a cuidar do que é nosso (ENTREVISTADO, 18, grifo nosso).





Não tenho nenhuma dúvida de que o grupo de produção contribui de alguma maneira com a comunidade. Estamos conseguindo nos incluir na questão da política pública que não é algo tão fácil. Temos um trabalho de qualidade e manter uma unidade produtiva, mesmo mudando a gestão pública não é tão simples. É preciso saber dialogar, saber articular para que não haja perdas para nossa comunidade. Nosso grupo se tornou um referencial na costura. Um referencial que a proposta de um empreendimento econômico solidário pode dar certo. Já fomos convidadas para falar de nossa experiência em outros espaços. Penso que somos sim um referencial e um orgulho para nossa comunidade, pois hoje ajudamos a formar outras mulheres, estamos dando um trabalho de formação continua. Somos articuladoras dentro de nosso bairro. Acreditamos que é possível mudar muitas coisas que precisam ser mudadas. Transformar muitos sinais de mortes que nossa comunidade possui em sinais de vida. Somos parte da comunidade e, por isso, devemos dar algumas contribuições (ENTREVISTADA, 21, grifo nosso).

Tomando os discursos mencionados, cabe frisar que o sentido dos grupos de produção para a colaboração em suas comunidades gera um genuíno sentimento de pertencimento às mesmas. Tal elemento mostra-nos que as formações têm contribuído no empoderamento individual e coletivo. Este empoderamento expande-se para as comunidades onde os empreendimentos atuam, fortalecendo e até mesmo despertando os laços de pertencimento, ou seja, de cuidar dos espaços que são dos EES. De promover um despertar necessário da população, ou seja, o reconhecimento de onde vieram, de onde estão e para onde estão indo, com consciência do lugar de onde falam, das atenções destinadas e dos descasos que estão imbricados naquelas realidades. O sentimento de pertencimento leva os sujeitos a crerem em possíveis mudanças, respaldadas por uma leitura de mundo que antes era uma prática desconhecida pelos sujeitos dos EES, quando podemos até definir tal situação como uma miopia social.

Acreditamos que a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir. Somente um ser que seja capaz de sair de seu contexto, de "distanciar-se" dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isso, de comprometer-se. Tudo isto se converge no ato de incorporar valores e culturas próprios, de pertencimento e sentimentos herdados. Os indivíduos pertencem àqueles espaços segundo determinações de origem, raça/etnia, religião, entre outros. São valores que formam as culturas nativas de pertencimento dos indivíduos.

De modo similar, outro tipo de contribuição dada por parte dos Empreendimentos Econômicos Solidários configurada como uma ação para além dos limites internos dos grupos de produção e ressaltada em nossa pesquisa trata do processo educativo vivenciados pelos EES como promotores de agentes multiplicadores do aprendizado, favorecendo uma formação contínua e de via de mão dupla:

Eu acredito que as formações nos ajudaram muito a realizar intervenções em nossa comunidade e, assim, ajudando no desenvolvimento. É tanto que o grupo de produção, aqui na unidade, nós não temos instrutores e muitas mulheres da comunidade nos procura muitas vezes para que a gente ensinasse a elas a costurar. E nós ensinamos sem nenhum retorno, nenhuma troca. A gente tem essa vivência com a comunidade. Os espaços que nós vamos fazer curso, a gente sempre dá um apoio







que elas precisam em qualquer coisa, tanto na costura, como em outras linhas. A gente tem essa





articulação com a comunidade. Nas formações, a gente aprendeu que tem que multiplicar o nosso aprendizado (ENTREVISTADA, 13, grifo nosso, grifo nosso).

A gente tenta contribuir com a comunidade, mas não é tão fácil. A gente já fez a divulgação na parte de uma alimentação saudável. A gente já levou para as igrejas, houve toda essa divulgação. Todo um trabalho de sensibilização para a mudança de hábitos alimentares mais saudáveis, que é o foco de nossa produção. Sem as formações, não teríamos conseguido fazer essas palestras, esta sensibilização. Temos que saber multiplicar nosso conhecimento e transformar isso em ações na comunidade (ENTREVISTADA, 14, grifo nosso, grifo nosso).

Frente ao exposto, os depoimentos nos alertam para um elemento presente na discussão dos Empreendimentos Econômicos Solidários como espaços não escolares e que essas práticas socioeducativas foram, de certa forma, pensadas dentro da perspectiva da educação popular que engloba os saberes e aprendizados gerados ao longo da vida, principalmente em experiências via participação social, cultural ou política em determinados processos de aprendizagens, tais como projetos sociais, movimentos sociais, entre outros. A educação não formal contribui para a produção do saber na medida em que atua no campo no qual os indivíduos atuam como cidadãos. Para tanto, foi possível constatarmos também os empreendimentos como espaços abertos às comunidades, enfatizando, com isto, a importância e contribuições destes no desenvolvimento local. Entendemos que o fato de o espaço estar aberto à comunidade vem apenas somar com o empoderamento desses sujeitos, vem confirmar o sentimento de posse que os sujeitos que fazem os Empreendimentos Econômicos Solidários têm de suas comunidades e a importância das práticas socioeducativas para se criar este contexto. Em todos esses sentidos, é possível considerarmos que os EES são atores e promotores de transformações locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais, entre outros. Na verdade, trata- se de mudanças tanto no nível individual como no social.

Convém ressaltarmos que, dentro do aspecto da aprendizagem política, além de investigarmos a contribuição do processo educativo frente à ação/participação do grupo na comunidade, ou seja, a atuação na comunidade, outro achado de pesquisa que emergiu ao longo da trajetória científica diz respeito à questão da formação cidadã e à relação dessa formação com as práticas socioeducativas vivenciadas nos EES. Isto posto, o primeiro achado presente neste elemento indicador ligado à variável Práticas Socioeducativas afirma-nos que as formações de cunho político têm ajudado os sujeitos a trabalharem a cidadania em razão das descobertas dos seus direitos e deveres, conforme os seguintes depoimentos:

Depois de participar das formações do grupo, me senti com minha autoestima melhorada. Sempre fui uma pessoa que nunca gostei de injustiça. E, dentro do grupo, você aprende a lutar pelos seus direitos, porque deveres todo mundo sabe dizer, mas direitos poucos têm esse conhecimento. A gente briga muito pelos nossos direitos de comunidade, de grupo (ENTREVISTADA, 2, grifo nosso).

Penso que uma das coisas que **aprendi nas formações no grupo foi o entendimento sobre o termo cidadania**, isso sempre foi confuso para mim. Eu acho que isso dificulta um pouco a inclusão por essa falta de entendimento. Hoje, sei que tenho que lutar pelos meus **direitos.** Penso que esse





entendimento é um facilitador pra todas outras coisas. Quando a pessoa sabe o que é ser cidadão, sabe dos seus direitos, sabe dos seus deveres ele contribui politicamente pra todo contexto que a gente está inserido. Contribui para o controle social, para o controle orçamentário, para o controle de tudo. Quer coisa mais participativa do que fazer parte de um conselho? Isso é importantíssimo! Pelo grupo, eu entrei num conselho durante esse processo do fórum de economia solidária, eu fiz parte um ano e meio também do conselho estadual de segurança alimentar e nutricional. Foi um aprendizado imenso de cidadania (ENTREVISTADA, 9, grifo nosso).

Depois de participar do grupo de produção e das formações, eu sou uma cidadã ótima! Principalmente pra mim mesmo. Hoje é mais difícil me enganarem, pois sei dos meus direitos. Eu acho que pra mim deixar cabisbaixo tem que ser muito bom, viu? Que agora eu não deixo mais acontecer isso (ENTREVISTADA, 13, grifo nosso).

A organização neoliberal da sociedade, já fragmentada pelo regime de acumulação de capital, agora mais intensamente globalizado, impede a inclusão dos grupos desfavorecidos a uma via em que os direitos humanos são reconhecidos. Para tal afirmação, tomamos como base a opinião de Santos (2002, p. 17):

[...] é a voracidade com que a globalização hegemônica tem devorado, não só as promessas do progresso, da liberdade, da igualdade, da não discriminação e da racionalidade, como a própria ideia da luta por elas, ou seja, a regulação social-hegemônica deixou de ser feita em nome de um projeto de futuro e com isso deslegitimou todos os projetos de futuro alternativo antes designados como projetos de emancipação social.

Parece-nos claro afirmar que os EES, como espaços de educação não formal, devem fortalecer seus participantes nos aspectos da construção e fortalecimento da cidadania. Ao fazermos esta afirmação, comungamos do pensando de Gohn (2011, p. 13) quando defende que "a educação não-formal, terá que ser considerada uma promotora de mecanismos de inclusão social, que promovem o acesso aos direitos da cidadania", pois, se assim não for, corre-se o risco de se adotarem posturas assistencialistas, por meio das quais se enfatiza a carência cultural no lugar da valorização e ressignificação das práticas culturais dos grupos e pessoas em foco. Assumimos esse entendimento de educação como um processo sociopolítico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade.

No que se refere ao conjunto de achados de nossa investigação, ressaltamos outro que nos evidenciou que as práticas socioeducativas de cunho político têm contribuído para os sujeitos trabalharem suas construções cidadãs no sentido de despertarem para a importância do saber falar e do saber ouvir, ou seja, dentro da ideia do respeito ao outro, como podemos observar:

Cresci muito como pessoa, como cidadã. Evidentemente, como eu sou uma pessoa que, às vezes, eu questiono muito, as formações me ajudaram a perceber que eu não era sempre a dona da verdade, sabe? Aquela coisa assim: aprendi a ceder, aprendi a ouvir. Isso para mim também é ser cidadã, pois passa pelo respeito ao outro (ENTREVISTADA, 3, grifo nosso).





Acredito que sou uma cidadã melhor pela história da transformação. Eu já morei na região norte, convivi com indígena e, na verdade, eu acho que tem algo dentro de mim, como muito coloco nas minhas falas, que é essência minha: o respeito pelo próximo, o respeito de querer ver o outro crescer e te ajudar a fazer isso. E, dentro da minha condição, se eu puder isso, eu vou fazer e vou continuar fazendo. Acredito que estando dentro do movimento isso fica mais fácil. Se nesse momento, eu consigo passar essa minha ajuda pra os grupos na hora que me coloco em nomes deles e na hora que a gente se senta e chora junto, porque uma das mulheres apanhou do marido, por exemplo, então, isso para mim está sendo um ato de cidadania (ENTREVISTADA,4, grifo nosso).

A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. De acordo com Gohn (2011), a transmissão de informação e de formação política e sociocultural é um forte eixo na educação não formal. Ela prepara, formando e produzindo saberes nos cidadãos, e educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, ao individualismo.

As formações de cunho político têm ajudado os sujeitos no elemento cidadania por levarem a um crescimento pessoal e coletivo, promovendo transformações. Este foi outro indicador importante que encontramos em nossa investigação:

Penso que as formações ajudaram a muitos do nosso grupo, por exemplo: quando hoje eu olho nos olhos, abro minha boca e falo. Quando tenho a coragem de questionar, inclusive o próprio grupo, questionar os educadores que chegam, os professores. Esse é um crescimento político, um crescimento como cidadã. Tudo isso para dizer: eu também sou parte, eu também falo, a gente pode discutir de igual pra igual e quando não tenho a certeza, de procurar pessoas, se aconselhar e então creio neste crescimento que todos nós precisamos crescer constantemente (ENTREVISTADA, 5, grifo nosso).

[...] eu já me sentia uma boa cidadã, com uma boa conduta. Hoje, me sinto ainda melhor, pois as formações contribuíram muito em meu crescimento pessoal. Me acho uma pessoa melhor e mais preparada para conviver na sociedade de hoje (ENTREVISTADA, 14, grifo nosso).

Assim, compreendemos que as práticas socioeducativas têm proporcionado aos participantes dos empreendimentos um crescimento pessoal e, principalmente, quanto ao entendimento e à vivência de coletividade, fator de diferenciação presente em um EES. Com isso, podemos afirmar que essas formações quanto mais associadas estiverem a uma visão educativa que a tome como um direito de cidadania mais poderá contribuir para a democratização das relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento.

Em continuidade a esta discussão do aspecto da aprendizagem política, outro achado de pesquisa que abordamos foi a questão da participação dos sujeitos nos Empreendimentos Econômicos Solidários e os sentidos destas vivências enquanto ato político. Inicialmente, um dos achados ligado ao elemento indicador nos afirma que participar do grupo de produção é um ato político, porque as formações têm contribuído na reflexão e ação dos sujeitos, levando a mudanças pessoais e comunitárias, conforme os seguintes depoimentos:





Eu considero que participar do grupo de produção é um ato político, porque quando você se reuni com pessoas e que elas acreditam que podem melhorar suas vidas, e que essa melhoria vai em busca não só da sua pessoa, mas de toda a comunidade, quando você briga por alguma coisa, eu acho que isso já é um ato político, porque até você lutar por um direito seu e do outro é um ato político (ENTREVISTADA, 2, grifo nosso).

Aprendemos a **pensar melhor para agir e agir pelo outro**, pelo bem-estar coletivo. **Para mim, não é ato político mais digno que esse**. Então, todos esses processos educativos, políticos e de conscientização existiam dentro do grupo (ENTREVISTADA, 8, grifo nosso).

Penso que seja um **ato político** sim, porque na cozinha verde também se trabalha muito **a questão de gênero**. A gente está sempre discutindo isso e elas estão sempre participando do movimento de mulheres sempre. Então, **mulheres que juntas acreditam que podem crescer e que querem crescer, querem trabalhar juntas e sempre pensando em sua comunidade. Acredito em todo esse potencial coletivo realmente, que seja um <b>ato político** (ENTREVISTADA, 17, grifo nosso).

Na educação não formal, é fundamental a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura da realidade na qual estão inseridos, ou seja, do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor. A partir desta reflexão, a intervenção de muitos desses empreendimentos para mudar determinada realidade. Percebemos que, se as práticas socioeducativas, de certa forma, despertam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas à solução de problemas coletivos cotidianos, podemos entender este ato como um agir politicamente.

Em continuidade a esta discussão, outro achado de pesquisa declara-nos que as práticas socioeducativas de cunho político têm ajudado os sujeitos a entenderem que participar dos empreendimentos é um ato político, pois há também uma contribuição nos debates ligados à política partidária:

Até porque hoje, a gente depois de tantas formações, depois de leituras, de palestras, seminários [...] percebemos que as pessoas ainda enxergam a política como aquela, eu vou votar em fulano. Não, a gente sabe que tudo o que você faça e envolva mais de duas pessoas, você está tendo uma consciência política. Eu acho que você, é tanto que essas histórias de participar do orçamento democrático, de brigar para que a gente tivesse uma secretaria de Economia Solidária é tudo um ato político (ENTREVISTADA, 3, grifo nosso).

Acredito que nossa participação nos grupos não é uma questão política partidária, mas de conscientização política. As formações nos ajudaram a refletir a agir pela minha pessoa, pelo meu grupo, pela minha comunidade, pela sociedade. Para mim, isto é agir politicamente (ENTREVISTADA, 4, grifo nosso).

[...] é um ato político também. E eu acho que é momento de discussão. É uma política porque falamos o que pensamos e escutamos o que o outro tem a dizer. É um ato político. Até partidário também, né? (ENTREVISTADA, 13, grifo nosso).





Por meio desses depoimentos, podemos afirmar que participar das práticas socioeducativas nos EES é como um ato político, pois gera uma consciência política por parte das visões dos sujeitos. Este foi outro achado importante que encontramos em nossa investigação. Este fator vai ao encontro de outro ponto que emergiu dos depoimentos, revestindo-se de um sentido com extrema importância nesta discussão: o fato de que participar do empreendimento é um ato político, pois é um espaço aberto ao diálogo e ao debate, gerando uma consciência crítica, como podemos perceber a partir das falas dos sujeitos:

O grupo era um espaço político, pois sempre tinha abertura para o diálogo, para os debates. As formações nos ajudavam a agirmos mais criticamente, com um olhar mais crítico (ENTREVISTADO, 18, grifo nosso).

Sinto que é um espaço político, porque a gente se sente a vontade para falar o que quiser e ter sua própria opinião, porque se não tivesse eu não estava nem aqui, porque eu acho que a gente tem que ter liberdade. A partir do momento que toda segunda-feira a gente se une pra está discutindo para está vendo o que é melhor para o grupo e também para a comunidade, eu acho que é um ato político (ENTREVISTADA, 20, grifo nosso).

Face ao exposto, tais depoimentos levam-nos ao sentido de que participar de um Empreendimento Econômico Solidário é uma experiência que pode educar para a prática política e para o exercício consciente de direitos e deveres políticos – por intermédio das decisões tomadas coletivamente em assembleias ou por representantes eleitos democraticamente, da fiscalização coletiva das contas, da transparência das informações, da garantia de igualdade de voz e voto a todos os integrantes. Respaldando-nos ao pensamento gramsciano, acreditamos ser possível que os movimentos sociais, ligados às camadas populares, pudessem, por meio da ação política, promover transformações em favor da qualidade de vida. Com o conceito de intelectuais orgânicos, ajuda-nos, na atualidade, fazer enunciados no sentido da mobilização social, para o engajamento político das camadas subalternas, na luta por emancipação. As ideias de Gramsci nascem como uma das expressões da emergência política das classes populares e, ao mesmo tempo, conduzem a uma reflexão e a uma prática dirigidas sobre o movimento popular. Ao dirigir-se diretamente para a grande massa dos superexplorados e dos pauperizados, o pensamento e a prática educativa sugerem a necessidade da política. Sendo assim, podemos afirmar que o processo educativo presente nos Empreendimentos Econômicos Solidários tem possibilitado uma revisão de vida a partir de uma formação cidadã que proporciona uma mudança de realidade, favorecendo a emersão de muitos de seus participantes.

Nesta discussão, ainda gostaríamos de chamar a atenção quando Gramsci (1982) e Freire (1979) compreendem o pedagógico da ação política e o político da ação pedagógica, reconhecendo que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização e que, por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão. Com base neste entendimento, a educação é sempre um ato político.





### 4 ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

A reflexão teórico-metodológica trazida neste estudo indica a importância da dimensão política para o Movimento de Economia Solidária. Da mesma maneira, discutimos os princípios que regem o Movimento de Economia Solidária, enfatizando as práticas educativas como ação política.

Esta análise permite-nos entender e afirmar que, para o contexto dos Empreendimentos Econômicos Solidários estudado, a aprendizagem política contribui com o movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos. Ou seja, uma dimensão política, enquanto organizações coletivas, nas quais prevaleçam práticas democráticas, cooperativas e autogestionárias entre os integrantes. Em primeira mão, esses empreendimentos adotam o princípio de fortalecer a capacidade de ação dos empobrecidos.

Compreendemos por fim, que as práticas socioeducativas nos Empreendimentos Econômicos Solidários fortalecem o seu potencial de inclusão social e de sustentabilidade política, bem como sua dimensão emancipatória. Sendo assim, é possível afirmarmos que a educação promove a aprendizagem de conhecimentos emancipatórios, que contribuam e possibilitem o indivíduo a agir conscientemente, engajando-se na luta por transformações das condições perversas, injustas e negadoras da dignidade humana. Em suma, isso nos permite concluir que, para este estudo específico, o processo educativo nos Empreendimentos Econômicos Solidários colabora para a perspectiva da aprendizagem política, contribuindo na formação humana para a emancipação, considerando estes espaços não escolares, como um celeiro de desenvolvimento ideológico contra-hegemônico.

## **5 REFERÊNCIAS**

Abreu, T. L. de, & André Régis Oliveira, A. . (2023). EDUCAÇÃO ENQUANTO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. HOLOS, 2(39). Recuperado de https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/15202

Freire, P. (1979). Educação e Mudança (14° ed.). Paz e Terra.

Gil, A. C. (1999). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Atlas.

Gohn, M. G. (2007). Teoria dos movimentos sociais. Loyola.

Gohn, M. G. (2010). *Educação não formal e o educador social:* atuação no desenvolvimento de projetos sociais. Cortez.

Gohn, M. G. (2011). *Educação não formal e cultura política:* impactos sobre o associativismo do terceiro setor. Cortez.





- Gramsci, A. (1982). Os Intelectuais e a Organização da Cultura. (4° ed.). Civilização Brasileira. LIMA, M. C. (1997). A engenharia da produção acadêmica. Unidas. Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2005). Fundamentos de metodologia científica. (6° ed). Atlas.
- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. (11° ed.). HUCITEC.
- Morgan, D. L. (1996). Focus groups as qualitative research. SAGE Publications.
- Oliveira, A. A. R. de (2005). *Gestão por Competências:* a pessoa certa no lugar certo. (Trabalho de Conclusão de Curso em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa).
- Pêcheux, M. (1993). Análise automática do discurso (AAD-69). In: Gadet, F; Hak, T (Orgs). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. (2°ed., pp 61-105) Ed. Unicamp.
- Pêcheux, M. (2002). O Discurso: estrutura ou acontecimento. (3° ed.) Pontes.
- Santos, B. de S. (2002). *As tensões da modernidade*. Porto Alegre: 2002. http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1325792284\_As%20tens%C3%B5e s%20da%20Modernidade%20-%20Boaventura%20de%20Sousa%20Santos.pdf
- Yin, R. K. (2005). Estudo de Caso: planejamento e métodos. (3° ed.) Bookman.





### **COMO CITAR ESTE ARTIGO:**

Régis Oliveira, A. A., & Abreu, T. L. de. A APRENDIZAGEM POLÍTICA NO ITINERÁRIO EDUCATIVO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS. *HOLOS*, *4*(40). https://doi.org/10.15628/holos.2024.17413

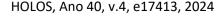
### **SOBRE OS AUTORES**

### Alyson André Régis de Oliveira

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Administração na linha de pesquisa Estratégias Organizacionais e Gestão de Pessoas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharel em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente. está lotado como professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e atua como professor efetivo do IFPB, campus João Pessoa. Atua como Coordenador do Núcleo de Estudos em Gestão e Negócios (NEGN). Como professor convidado atua em Master in Business Administration (MBA) e em consultorias organizacionais. Hoje, é o gestor responsável pela Diretoria de Inovação, Pesquisa, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Cultura e Desafios Acadêmicos (DIPPED) do IFPB, campus João Pessoa. E-mail: alysson.oliveira@ifpb.edu.br ORCID ID: https://orcid.org/0000-0002-6921-8951

#### Tatiana Losano de Abreu

Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação Profissional pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (PPGEP/IFRN) - Bolsista Capes. Mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), Mestre em Educação Profissional Tecnológica pelo Instituto Federal da Paraíba (ProfEPT/IFPB), Professora de Economia no Instituto Federal da Paraíba (IFPB – campus Guarabira), Membro do Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários (NUCAES/IFPB). E-mail: tatiana.abreu@ifpb.edu.br ORCID ID: https://orcid.org/0000-0002-4865-1801







Editor(a) Responsável: Maura Costa

Pareceristas Ad Hoc: Marlúcia Menezes Paiva e Valentin Martínez-Otero Périz



Recebido: 15 de maio de 2024

Aceito: 30 de junho de 2024

Publicado: de 19 de julho 2024

